



**PARQUES PÚBLICOS DA CIDADE DE CURITIBA:  
PRODUTOS DO ESTADO OU OBRAS DOS USUÁRIOS?**

Simone Rechia, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>/Universidade Federal do Paraná<sup>1</sup>  
Rodrigo França, Mestre/Universidade Federal do Paraná<sup>2</sup>  
Felipe Sobczynski Gonçalves, Mestre/Universidade Federal do Paraná<sup>3</sup>

**RESUMO**

*Temos pesquisado no Centro de Pesquisas em Esporte Lazer e Sociedade da UFPR diferentes temáticas sobre espaços e equipamentos públicos disponibilizados à população na cidade de Curitiba. Neste trabalho investigamos como a comunidade do entorno de tais ambientes tem se organizado e lutado para suprir seus anseios, necessidades e interesses nos espaços em questão na forma de ativismos sociais, gerando capital social e podendo reproduzir alguns princípios de uma comunidade cívica.*

**Palavras-chave:** Cidade, Comunidades, Espaços e Equipamentos.

**ABSTRACT**

*We have researched, at Research Center in Sport Leisure and Society of Federal University of Paraná, different thematic about spaces and public equipments offered to population in Curitiba. In this work we investigated how the community around this environments has organized itself and fought for supply its yearnings, needs and interests about the spaces in matter through social activism, generating social capital and being able to reproduce some principles of a civic community.*

**Keywords:** City, Community, Spaces e Equipments.

**RESUMEN**

<sup>1</sup> Professora do curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação Física da UFPR, membro pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade e Rede CEDES / UFPR. Contato: [simone@ufpr.br](mailto:simone@ufpr.br);

<sup>2</sup> Professor da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, Mestre em Educação Física na Linha História e Sociologia do Lazer e Esporte pela UFPR e membro pesquisador do CEPELS – Centro de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade. Contato: [rodrigofranca@yahoo.com.br](mailto:rodrigofranca@yahoo.com.br);

<sup>3</sup> Professor da Rede Municipal de Ensino de Curitiba e do Estado do Paraná, Mestre em Educação Física na Linha História e Sociologia do Lazer e Esporte pela UFPR e membro pesquisador do CEPELS – Centro de Estudos e Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade. Contato: [fe.lipinho@bol.com.br](mailto:fe.lipinho@bol.com.br);



*Tenemos investigado en el Centro de Investigación in Deporte, Ocio y Sociedad de la UFPR diferentes temas sobre espacios y equipos públicos a disposición de la población en la ciudad de Curitiba. En este trabajo se investigó cómo la comunidad en torno a estos ambientes se ha organizado y luchado para satisfacer sus aspiraciones, necesidades e intereses en los espacios in cuestión en la forma de activismo sociales, generando capital social y capaces de desempeñar algunos principios de una comunidad cívica.*

**Palabras clave:** ciudad, comunidades, espacios y equipos.

## INTRODUÇÃO

*“E com o bucho mais cheio comecei a pensar  
Que eu me organizando posso desorganizar  
Que eu desorganizando posso me organizar  
Que eu me organizando posso desorganizar”  
(Chico Science & Nação Zumbi)*

A Natureza, através da água, dos minerais, da terra, da fauna e da flora, fornece a matéria prima e as condições necessárias para sobrevivência. Por intermédio da tecnologia e da criatividade do homem, logo se tem tijolos, vidro, madeira trabalhada, cimento, aço forjado, entre outros. A partir daí o céu, ou melhor, o capital, o planejamento e as leis de zoneamento do uso e da ocupação do espaço são o limite.

Esta é a cidade, produto artificial da humanidade – composta atual e estruturalmente por casas, edifícios, escolas, hospitais, igrejas, cruzamentos, ruas, avenidas, shoppings, praças, parques, etc. – numa imbricada relação entre tempo/espaço natural e construído, permeando a esfera pública e privada e, ao mesmo tempo, palco condicionado e condicionante das diversas manifestações da vida cotidiana.

Mas sabemos que a cidade é mais do que isto. Esta, segundo Lefebvre (1969), é construída como obra de uma história de pessoas e grupos sociais, não podendo ser, portanto, reduzida a simples produto material. Tomando o termo “produção” em sentido “amplo”, este autor afirma que houve na história a produção de cidades como houve a produção de conhecimentos, de culturas, de obras de arte, de civilização, de bens materiais, etc.

Nesta perspectiva, a cidade, tomada enquanto objeto de pesquisa, podendo ser analisada abrigando espaços **fixos** – destinados às esferas do trabalho, lazer, esporte, cultura, educação, entre outros – e dinamizada pelos **fluxos** de sujeitos – os quais conferem vitalidade a estes espaços<sup>4</sup> – suscita grandes desafios para qualquer pesquisador.

<sup>4</sup> Segundo Milton Santos (*apud* RECHIA, 2003, p. 1), “[...] as cidades se distinguem umas das outras justamente por objetos fixos e fluxos, os quais conferem significação para os moradores. Sendo assim, para compreender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, faz-se necessário analisar as interfaces entre os objetos fixos e fluxos coletivos que, combinados, caracterizam cada formação social”.



Ao fazer o recorte, necessário à realização da pesquisa, nos deparamos com Curitiba, cidade hoje considerada por muitos como um sucesso de urbanização. Elogios, modéstias e exageros de marketing à parte, Curitiba se destaca por disponibilizar à população e visitantes um número significativo de espaços destinados às vivências de esporte e lazer, entre eles os parques públicos.

Inicialmente pensados para conter os avanços demográficos e preservar fundos de vale, matas ciliares e importantes nascentes de rios, os parques acabaram se tornando a “praia” dos curitibanos e atualmente são significativos cartões postais.

Estes espaços, entendidos como **produto** do Estado – uma vez pensados pelos técnicos do IPPUC<sup>5</sup> para serem<sup>6</sup> plenos espaços de sociabilidade e contato com a natureza – possuem um significado tal que alguns se tornaram marcas identitárias da cidade (conforme RECHIA, 2003). Todavia, estes mesmos parques podem vir a ser **obras** dos usuários, dependendo das formas de apropriações.

Nessa perspectiva, é a partir das formas de convivência, contestação, cidadania, entre outros, que existem as chamadas Associações de Moradores (AMA). Caracterizam-se por grupos organizados de cidadãos, os quais defendem seus interesses e atuam junto à administração pública (na forma de denúncia, parceria, entre outros) no sentido de suprir as demandas necessárias à manutenção e melhoria de qualquer ordem.

“A abordagem da cidade na condição de obra abre a perspectiva de considerá-la como realidade presente e imediata, como possibilidade de apropriação do espaço e do tempo pela sociedade, mesmo imersa no mundo da mercadoria. Assim, a perspectiva da obra refere-se às possibilidades de invenção que faz parte da vida, que institui o uso, que explora o possível unido a uma prática criadora e não exclusivamente produtivista” (CARLOS, 2001, p. 215).

Nesse sentido, tal superação (ou relativização) da visão ideológica da cidade enquanto produto para seu entendimento como obra se vislumbra na direção dos princípios cívicos, isto é, criando a condição favorável para os cidadãos participarem da (re)criação coletiva do espaço e da própria cidade.

Entretanto, e geralmente, observa-se (empiricamente e na produção científica a respeito) que, nesses espaços, o binômio **oferta/demanda** – caracterizado pela relação entre o poder público e os usuários – não é devidamente considerado. Assim, aquilo que os sujeitos anseiam, ou seja, suas aspirações, preferências e desejos de vivências, acaba sendo divergente ao que os administradores e técnicos planejam, propõem e disponibilizam nos espaços em questão. Portanto, identifica-se, de acordo com a teoria, uma lacuna, uma inanidade que desagrega o binômio, aberto principalmente pela Tecocracia.

“O saber (tecnocrático) que justifica a ação política, tornando-a necessária, dá a aparência de compromisso do poder público com a sociedade; em realidade, pensa-se e age-se, na metrópole, com base em alianças de compromissos e necessidades de classe, travestidos nos discursos da ação direcionada aos ‘interesses da sociedade’ visando a instauração plena da modernidade no território” (CARLOS, 2001, p. 123).

<sup>5</sup> Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

<sup>6</sup> Conforme IPPUC. *Plano de Recreação em Curitiba. Pesquisa, Diagnóstico e Propostas*. 1973.



Corroborando com essa idéia, Fernandes (*apud* RECHIA, 2003, p. 136) aponta que este saber gera uma uniformização, a qual se daria pela redução tecnocrática, de acordo com um padrão estabelecido. Em outras palavras, trata-se da redução a um só tipo de modelo urbanístico, refletindo um só tipo de gestão e de modelo de parques públicos.

Nesse sentido, a metrópole (personificada nos gestores) acaba por reproduzir, em muitos casos, espaços efêmeros, “perfeitos” aos olhos, mas voláteis e sem historicidade, para usuários/consumidores “felizes e satisfeitos”. Tudo isso com o aval da ciência (personificada nos técnicos e engenheiros). Segundo Rechia (2003), padronizar os equipamentos destinados às práticas corporais e experiências no âmbito do lazer, por exemplo, é uma dessas estratégias, pois desse modo o corpo muitas vezes acaba se limitando a fazer o que lhe é pré-determinado, garantindo a perpetuação do cotidiano e eximindo as possibilidades e o improviso.

“Os espaços públicos imaginados como eventual possibilidade de permitir encontros, na realidade, com sua assepsia e monumentalidade de linhas arrojadas e modernas, acabaram por produzir (dentro das regras estéticas da normatização dos espaços) a ausência e o vazio, estranhos à prática social” (CARLOS, 2001, p. 135).

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é compreender a relação entre a administração pública e os usuários organizados, no que tange às ofertas e demandas para os parques da cidade de Curitiba que contam com associações de moradores e usuários, ou seja, verificar se as aspirações, anseios e preferências da população organizada estão sendo devidamente levadas em consideração pela gestão pública.

É a partir do entendimento da, já anteriormente citada, relevância destes espaços para vivências cotidianas significativas que se justifica tal reflexão, pois corroboramos com a idéia de Lefebvre (1969), onde se deve “pensar” a cidade como lócus de reencontro entre as pessoas, onde possa haver enfrentamentos, mas também parcerias, onde haja a concorrência a uma obra coletiva, enfim, onde o efetivo **direito à cidade** se apresente como co-participação nas diferentes esferas no controle e na gestão da cidade e na plena participação social, onde a diferença se realize na obra como atividade criadora.

Nesse sentido, a investigação do binômio oferta/demanda no que concerne aos parques, poderá trazer significativas contribuições à comunidade, principalmente aos moradores do entorno e usuários dos espaços em questão, no sentido de fornecer subsídios tanto teóricos (contribuições das pesquisas científicas à respeito), quanto empíricos (destacar as experiências bem sucedidas) com vistas a uma nova prática social, pautada na participação e co-gestão dos espaços urbanos destinados a experiências formativas no âmbito do esporte e lazer.

## **Ativismos sociais... Reflexões teóricas balizadoras da discussão**

Para Souza & Rodrigues (2004), activismos e movimentos sociais são maneiras que os sujeitos têm de se organizar para entrar em cena e sair da condição de espectadores.



“Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 82).

Para estes autores deve-se fazer uma distinção entre ativismos sociais e movimentos sociais, pois todo movimento social é um ativismo, mas a recíproca não é verdadeira. Basicamente, a distinção repousa na dimensão do enfoque.

Nesse sentido, os ativismos reivindicatórios compreendem ações que visam obter melhorias coletivas *in loco*, isto é, na rua, no bairro (ou numa favela), ou no nosso caso, no parque ou bosque do bairro. Entretanto, tais melhorias se restringem ao benefício local, não considerando o conjunto da cidade e, menos ainda, ao nível nacional ou internacional. “Essas ações visam a atender uma demanda pontual de um determinado grupo e, ao serem atendidas, acontece geralmente uma desmobilização das pessoas.” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 83).

Já os movimentos sociais são ativismos evoluídos, ou melhor, seus atores sociais revelam uma noção mais ampla, uma dimensão mais elevada (alguns até bastante elevada) de organização e luta. Estes militantes concentram seus esforços buscando alterações mais significativas na sociedade, como maior justiça social, combate à desigualdade, etc. Reivindicações estas as quais não podem ser atendidas por qualquer político oportunista ou com medidas paliativas.

Ainda de acordo com Souza & Rodrigues (2004), as associações de moradores no Brasil remontam ao início do século XX: eram as chamadas “comissões pró-melhoramentos” no Rio de Janeiro.

“Como o nome indica, eram organizações de moradores que reivindicavam infra-estrutura para os bairros novos e afastados do Centro, carentes de tudo. Muitas vezes se manifestavam de forma incisiva na imprensa [...] fazendo publicar cartas abertas às autoridades do Estado. O tom, no entanto, geralmente não era de ataque violento, muito menos de crítica social profunda, mas, sim, de solicitação humilde, quase suplicante, contrastando fortemente com o movimento operário de inspiração anarquista (mais tarde comunista) que, na mesma época, florescia no Rio de Janeiro e São Paulo” (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p. 86).

Estas associações, por muito tempo, caíram em descrédito por serem consideradas “currais eleitorais” e por nada ou quase nada fazerem. Já na década de 80, no Rio de Janeiro, destacaram-se a Famerj – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro.

Há de se destacar também a Faferj – Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro – a qual foi decisiva na luta pela urbanização das favelas e contra as remoções. Nessa época, em diversas regiões do Brasil, muitos ativismos de bairros, com lutas pontuais – melhoria de saneamento, iluminação, postos de saúde, etc. – começaram a romper suas fronteiras, encontrar parceiros (formando federações a nível municipal e estadual), militando em dimensões maiores e assumindo, entre outros, uma postura de participação das questões públicas.

Segundo Walzer (*apud* PUTNAM, 2002, p. 101), “o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica”. Tal virtude aponta para uma reconhecida dedicação ao bem público, muitas vezes em detrimento de qualquer interesse individual. Entretanto, não



devemos confundir interesse individual, próprio e altruísmo, pois temos todas nossas motivações pessoais. Para acontecer em uma comunidade o virtuosismo cívico, seus cidadãos não têm de ser altruístas, mas buscar seus interesses próprios sensíveis e definidos no contexto dos interesses comuns.

Nesse sentido, segundo Putnam (2002), em uma comunidade cívica há, ou para materialização de uma comunidade cívica deve haver: toda uma rede de **direitos e deveres**, obviamente iguais a todos; relações de **reciprocidade coletiva, cooperação e engajamento político**, de maneira horizontal, e não relações verticais de autoritarismo ou dependência; buscar, como já supracitado, o **interesse próprio em sintonia com o interesse coletivo**; tanto os cidadãos quanto os governantes devem se aproximar do ideal de **igualdade política**; devem ser priorizados os preceitos de **prestatividade, respeito e confiança mútua** entre os concidadãos; podem (e devem) haver conflitos, mas prevalecendo a **tolerância** entre os posicionamentos divergentes.

A ênfase dada às relações baseadas na confiança mútua assume grande importância, pois estas, segundo Granovetter (*apud* PUTNAM, 2002, p. 103) “[...] permitem à comunidade cívica superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente”. Nesse sentido emergem as associações civis como geradores e potencializadores dos princípios cívicos anteriormente citados.

Segundo Putnam (2002), as associações desenvolvem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Tal afirmativa pode ser reforçada por uma pesquisa realizada em 5 países, sobre **cultura cívica**, mostrando que os cidadãos organizados em associações têm mais consciência política, confiança social e participação política. Este autor segue afirmando que “[...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos” (PUTNAM, 2002, p. 104).

O associativismo é, para este mesmo autor, um requisito *a priori* para um governo verdadeiramente democrático e, segundo Banfield (*apud* PUTNAM, 2002, p. 105), “a pobreza e o atraso se devem em grande parte (mas não inteiramente) à incapacidade de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda os interesses materiais imediatos”.

Mas como definir se uma comunidade é mais cívica que a outra? Putnam (2002), ao investigar a reforma institucional italiana e o sucesso (ou fracasso) dos respectivos governos regionais por duas décadas, organizou 4 indicadores para “medir” o índice de civismo dessas regiões. São eles: o comparecimento à referendos (de caráter facultativo na Itália); uso do voto preferencial (voto em troca de favores); número de leitores de jornais; e rede de associações civis.

Comparando estatisticamente, ele pôde elencar as regiões mais e as menos cívicas e percebeu uma relação direta com o sucesso/fracasso das instituições regionais. Ou seja, “quanto mais cívica a região, mais eficaz seu governo” (*idem*, 2002, p. 112). Por serem governos economicamente equivalentes, a pesquisa mostrou que o sucesso da gestão não depende do desenvolvimento econômico.

A pesquisa de Putnam (2003) contribui reforçando a idéia de que certos espaços públicos, os quais contam com associações de moradores e usuários podem ter o privilégio de contar com uma comunidade do entorno com capital social e perfil cívico.

A respeito do capital social, este pode ser entendido, ou melhor, diz respeito às características da organização social, como confiança, normas e sistemas, os quais podem potencializar e qualificar as relações sociais. Segundo Coleman:



“Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e confiança [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento” (*apud* PUTNAM, 2003, p. 177).

Vale ressaltar que essa característica se reforça mutuamente, formando um círculo virtuoso, pois a confiança gera cooperação, a qual gera mais confiança e assim por diante. Porém, alerta o autor, tal confiança não se apresenta como “cega”. Ela se baseia em uma previsão do comportamento, ou seja, não se confia em uma pessoa ou instituição, simplesmente porque ela diz que fará algo, mas sim porque, conhecendo sua disposição, capacidade e as conseqüências, você espera que ela prefira agir assim.

Diferente do capital convencional (financeiro), o capital social normalmente se constitui como um bem público. “Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam.” (Coleman *apud* PUTNAM, 2003, p. 180). Portanto, por ser fruto da teia de relações sociais de características cívicas, o capital social pode beneficiar reciprocamente todos que fazem parte dela.

## A hora e a vez dos usuários dos parques de Curitiba

Em Curitiba, podemos encontrar diversas associações de moradores e ativistas sociais. Todavia, poucas delas estão relacionadas, ou melhor, concentram seus esforços em questões pertinentes aos parques. De modo que, dentre todos os 21 parques da cidade, apenas o Parque São Lourenço, o Parque Barigüí e o Parque Bacacheri contam com um grupo de ativistas organizados, os quais, entre outras reivindicações, lutam pela melhoria desses privilegiados espaços para vivências no âmbito do esporte e do lazer.

### PARQUES POR BAIRRO, REGIONAL E LOCALIZAÇÃO, EM CURITIBA - AGOSTO 2010

Bairro	Regional	Denominação	Área (m <sup>2</sup> )	Inauguração/ implantação
Alto Boqueirão	R2-Boqueirão	Parque Iguazu	8,264,316	1976
Abranches	R4-Boa Vista	Parque das Pedreiras	103,500	9/30/1990
<b>Bacacheri</b>	<b>R4-Boa Vista</b>	<b>Parque Gal. Iberê de Mattos</b>	<b>152,000</b>	<b>11/5/1988</b>
Barreirinha	R4-Boa Vista	Parque Barreirinha	275,380	1972
Cachoeira	R4-Boa Vista	Parque Nascentes do Belém	11,178	11/24/2001
Pilarzinho	R4-Boa Vista	Parque Tanguá	235,000	11/23/1996
Atuba	R4-Boa Vista	Parque Atuba	173,265	3/28/2004
<b>São Lourenço</b>	<b>R4-Boa Vista</b>	<b>Parque São Lourenço</b>	<b>203,918</b>	<b>1972</b>



Cajuru	R3-Cajuru	Parque Linear Cajuru	104,000	3/29/2003
Augusta	R11-CIC	Parque Municipal Passaúna	6,500,000	3/10/1991
CIC	R11-CIC	Parque dos Tropeiros	173,474	9/25/1994
CIC	R11-CIC	Parque Tulio Vargas	65,073	2008
CIC	R11-CIC	Parque Caiuá	46,000	9/25/1994
CIC	R11-CIC	Parque Diadema	112,000	9/25/1994
Centro	R1-Matriz	Passeio Público	69,285	02/05/1886
Jardim Botânico	R1-Matriz	Jardim Botânico	278,000	10/5/1991
Fazendinha	R7-Portão	Cambuí	99,301	4/12/2008
Butiatuvinha	R5-Santa Felicidade	Parque Italiano	82,600	3/16/2010
São João	R5-Santa Felicidade	Parque Tingüi	380,000	10/1/1994
<b>Santo Inácio</b>	<b>R5-Santa Felicidade</b>	<b>Parque Barigüi</b>	<b>1,400,000</b>	<b>1972</b>
Ganchinho	R10 - Bairro Novo	Parque Lago Azul	126,615	12/9/2008
Total de Parques			18,854,905	

FONTE: SMMA/Parques e Praças, IPPUC/Banco de Dados

Disponível em [www.ippuc.org.br/BancodeDados/CuritibaemDados/Curitiba\\_em\\_dados\\_Pesquisa.asp](http://www.ippuc.org.br/BancodeDados/CuritibaemDados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.asp)

Se fizermos apenas uma análise quantitativa entre o número de parques da cidade e o número de grupos organizados na forma de ativismos sociais, os quais lutam por melhores condições desses espaços, podemos localizar uma fragilidade política do cidadão curitibano no que se refere à participação nas decisões do governo local.

Entretanto, após uma análise qualitativa, percebemos que a forma de atuação desses grupos trouxe várias conquistas para os usuários. Existe por exemplo a AMA São Lourenço, do parque de mesmo nome. Com mais de 8.300 parceiros do parque e do bairro<sup>7</sup> (entre eles, clubes internacionais de serviço como Lions, Rotary e a iniciativa privada), que em relativa sintonia com a prefeitura, luta pelas preferências dos moradores do entorno e usuários no que tange à qualidade do parque, além de realizar projetos e eventos preconizando a consciência ambiental, fazendo, desse modo, emergir a possibilidade de uma co-gestão dos usuários para com esse espaço.

“A abordagem da cidade na condição de obra abre a perspectiva de considerá-la como realidade presente e imediata, como possibilidade de apropriação do espaço e do tempo pela sociedade, mesmo imersa no mundo da mercadoria. Assim, a perspectiva da obra refere-se às possibilidades de **invenção** que faz parte da vida, que **institui o uso**, que **explora o possível** unido a uma prática criadora e não exclusivamente produtivista. (CARLOS, 1999, p. 215. *Grifos no original*).”

Em termos de reivindicações atendidas, a AMA São Lourenço, além da prioritária questão ambiental – onde conseguiram a despoluição de boa parte das nascentes do rio Belém – se destaca por algumas conquistas como o resgate histórico da região (as origens das primeiras famílias), etc.; No campo religioso, conseguiram recuperar a imagem do santo que dá nome ao parque; Também devolveram a roda

<sup>7</sup> Segundo site da Associação. Disponível em: <http://www.superviadigital.com.br/ama.htm>;



d'água que, segundo o presidente da associação<sup>8</sup>, “era uma coisa que muita gente tinha saudade. Saudade de ficar sentado lá, olhando a roda d'água. Porque era um saudosismo que existia.” (Presidente da AMA São Lourenço, 2007).

Esses resultados podem desmistificar a idéia de que os usuários vão aos parques apenas para realizar exercícios físicos. Ou seja, se identifica uma grande parcela que busca outro tipo de relação, seja com o meio ambiente, seja consigo mesmo. Para Rechia (2003), isso demonstra que, na realidade, pode estar presente nesses espaços certo desfrute do ócio, o qual inclui a contemplação ou simplesmente um passeio ao ar livre, “o que qualifica essas experiências e as tornam extremamente singulares no meio urbano”. (p. 111). Para De Grazia (1966),

“O ideal do ócio, ainda que requeira uma separação dos laços do trabalho diário, oferece a possibilidade do descobrimento e da criação. Seu desejo de se ver livre de obrigações é diferente do tempo livre. Seu fim é o poder estar tranqüilo, não simplesmente para se guiar na vida, porém para limpar o caminho em direção à verdade, para ser tranqüilamente objetivo. Desta forma a moral e a obrigação transformam-se em ócio pela verdade que as governa”. (p. 376).

Outra conquista alcançada se refere às torres de telefonia. Desde 2001, a Associação do São Lourenço, preocupada com os indícios de possíveis danos ocasionados pelos campos eletromagnéticos destes equipamentos, pressionou para que fosse criada uma Lei Municipal para ordenar a instalação destas torres, ou seja, lutaram pela regulamentação e maior controle sobre os campos eletromagnéticos.

Com relação às estratégias, meios e “maneiras de fazer” que as associações buscam para atingir seus objetivos – as quais se referem basicamente às práticas (estratégias, táticas e astúcias<sup>9</sup>) utilizadas pelos usuários para, nas brechas, escapar da malha controladora e/ou jogar com o sistema estabelecido - a que se destaca é a AMA São Lourenço. Esta acaba se beneficiando ao utilizar certificados que conferem certo *status*, ou melhor, determinado capital social aos colaboradores de suas causas. É o certificado chamado “Amigos do São Lourenço”.

“É uma distinção e com isso procuramos nomear todos aqueles que apoiavam os projetos. Não importa se tivesse no São Lourenço, nos bairros vizinhos, até na cidade vizinha, mas se ele fosse amigo do São Lourenço, conhecesse e divulgasse os projetos, ele receberia a distinção. Os mais ativos a gente faz questão de reconhecer. Com isso aquele grupo que era 15, 20, 30 pessoas passou, em 6 anos, pra mais de 4.000, em 18 países. Passou qualquer limite...” (Presidente da AMA São Lourenço, 2007).

A partir da iniciativa de conferir certificados aos parceiros, a associação do Parque São Lourenço conseguiu reunir para seu “quadro de sócios”, diversos empresários, presidentes de clubes internacionais

<sup>8</sup> Conforme entrevistas realizadas à pesquisa de Dissertação. Para mais detalhes ver FRANÇA, R. *Diálogos entre oferta e demanda: Uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismos sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba*. UFPR: Curitiba, 2007. Dissertação de Mestrado.

<sup>9</sup> Para Certeau, estes 3 conceitos diferem-se na medida em que a estratégia é entendida como objetivo, fim ou produto de uma ação (“para quê”, relacionada ao planejamento). A tática seria o método, meio ou processo (o “como”, relacionado à gestão) e a astúcia como a manipulação, as relações de poder e as negociações utilizadas.



de serviço como o Rotary, o Lions, além de importantes simpatizantes da esfera municipal (vereadores), estadual (deputados) e nacional. Vale ressaltar que essa característica se reforça mutuamente, formando um círculo virtuoso, pois a confiança do “quadro de sócios” às causas da associação gera uma cooperação para reforçar sua legitimidade. Cooperação esta que gera mais confiança mútua e assim por diante.

Ao se detectar as conquistas objetivas desses grupos de moradores e usuários organizados, são inegáveis os avanços que uma comunidade organizada pode engendrar em determinado espaço, no sentido de vislumbrarem suas idéias e reivindicações atendidas, participando da organização do espaço e exercendo o **direito à cidade**, no caso aos parques da cidade de Curitiba.

No âmbito da subjetividade, as conquistas se observam no sentido de que, segundo Putnam (2002), as associações desenvolvem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Tal afirmativa pode ser reforçada pela pesquisa por ele realizada sobre cultura cívica, mostrando que os cidadãos organizados em associações têm mais consciência política, confiança social e participação política. Este autor segue afirmando que “[...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos”. (p. 104).

Nesse sentido, nossa pesquisa aponta que esses grupos de ativismos sociais – como as associações de moradores e usuários dos parques da cidade de Curitiba – se beneficiam pelo capital social, pautam suas práticas nos moldes cívicos da confiança, prestatividade, respeito, cooperação, reciprocidade, respeito às normas, entre outros. Tais princípios são geradores de reputação e credibilidade, qualificando as ações destes grupos.

Salientamos dessa forma que não basta a organização de ativismos sociais, faz-se necessário que esses sejam atuantes e bem articulados para que suas reivindicações sejam atendidas.

Portanto, moradores do entorno desses espaços, uma vez organizados em AMA's (Associações de Moradores e Usuários) no seu tempo/espaço de lazer, podem vir a se caracterizar, além de um importante elo para minimizar as usuais distâncias entre o poder público e a população, no que tange seus anseios e vivências, como potenciais geradores de capital social e, a partir de um senso de responsabilidade coletiva, (re)criar uma CIDADE diferenciada, transformando espaços em **lugares** e produtos em **obras**.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. *Espaço-Tempo na Metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

DE GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Tradução de C. V. Parga. Madri: Editora Tecnos, 1966.

LEFEBVRE, H. *O Direito à cidade*. São Paulo: Editora Documenta, 1969.

PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 3ª edição. Tradução de L. A. Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. UNICAMP: Campinas. (Tese de Doutorado), 2003.



\_\_\_\_\_. *Transformação de áreas verdes em espaços de esporte, lazer e cultura: marca identitária da cidade de Curitiba*. Revista Movimento. v.11. nº3. set/dez 2005. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

\_\_\_\_\_. *O Estado do Paraná e seus espaços e equipamentos de esporte lazer e cultura: uma breve análise comparativa entre Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu*. Mímeo. Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Pulsar da Vida Urbana: o Espaço, o Lugar e os Detalhes do Cotidiano*. In: Anais do Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Curitiba, 2006.

SOUZA, M. L. de & RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

#### **CONTATO**

**RODRIGO DE FRANÇA**

Rua Tenente Coronel Viligran Cabrita, 70

CEP: 81750-270 Boqueirão

Curitiba – Paraná

E-mail: rodrigofranca@yahoo.com.br

#### **RECURSO TECNOLÓGICO PARA APRESENTAÇÃO**

Projektor Multimídia